

Assistência a idoso carente tem o 1º recuo da história

Em setembro, cobertura foi de 2,023 milhões de idosos; montante representa retorno ao patamar de 2017, quando eram 2,022 milhões de beneficiários

Thiago Resende

Folhapress

Brasília - Menos idosos carentes estão recebendo benefício assistencial do governo desde que o presidente Jair Bolsonaro (PSL) assumiu o cargo.

É a primeira vez na história que o BPC (benefício de prestação continuada) registra uma queda no número de idosos atendidos.

Criado em 1996, o auxílio tem valor de um salário mínimo (hoje, R\$ 998) e é pago a deficientes e a idosos mais pobres. Para ter direito, a renda familiar per capita precisa ser inferior a um quarto do salário mínimo.

Na contramão do contínuo envelhecimento da população e da crescente desigualdade no país, a assistência a pessoas miseráveis acima de 65 anos recuou sob Bolsonaro.

A cobertura em setembro - último dado disponível - foi de 2,023 milhões de idosos.

O montante representa retorno ao patamar de 2017, quando 2,022 milhões de beneficiários foram atendidos. Em 2018, eram 2,049 milhões.

O casal João Esdras e Marina Vitorino, moradores do Jd. Nakamura, extremo sul da capital paulista, estão na lista dos que tiveram o benefício negado. Eles dizem viver com uma renda mensal de menos de R\$ 800, dinheiro que, além deles, serve para sustentar dois de seus quatro filhos, que estão desempregados.

Sem contribuições suficientes para a Previdência, ele não conseguiu se aposentar.

“Trabalhei muitos anos em lojas no centro da cidade, mas eles nunca registraram a minha carteira”, diz João, 67.

Há cerca de dez anos, ele e a mulher passaram a vender pizza para a vizinhança. As coisas iam bem, mas nos últimos dois anos, com a crise, o movimento despencou.

Oficialmente, o Ministério da Cidadania alega que a causa do recuo foram as ações para identificar possíveis irregularidades na assistência. Porém, dados obtidos pela reportagem põem esses argumentos em xeque.

Com o pente-fino, apenas 5.600 benefícios assistenciais a idosos foram cancelados no ano. Em média, cerca de 20 mil pessoas pedem todos os meses para serem inseridas na folha de pagamentos do benefício para idosos.

Técnicos do governo reconhecem que a principal razão para a queda histórica da cobertura do BPC é outra. Mais de 150 mil pedidos nem sequer começaram a ser analisados pelo INSS (Instituto Nacional do Seguro Social).

Em setembro, o jornal Folha de S.Paulo mostrou que, por falta de dinheiro, o Bolsa Família, principal programa de combate à pobreza, voltou a ter fila de espera e a cobertura poderá recu-



Em média, cerca de 20 mil pessoas pedem todos os meses para serem inseridas na folha de pagamentos do benefício para idosos

ar, em 2020, a patamares de dez anos antes.

Para o economista **Marcelo Neri**, diretor da FGV Social, o desamparo aos mais pobres prejudica o combate à desigualdade. “No curto prazo, além do efeito sobre a pobreza e a distribuição de renda, é esperado que essa redução do BPC e do Bolsa Família também tenha impacto na economia”, disse **Neri**.

Segundo ele, cada R\$ 1 destinado ao benefício assistencial e ao programa de transferência de renda às famílias pobres gera um estímulo maior à atividade econômica do que o mesmo valor gasto com a Previdência Social.

O ministro da Economia, Paulo Guedes, tentou aprovar mudanças nas regras do BPC, quando enviou, em fevereiro, a proposta de reforma da Previ-

dência. A ideia era pagar R\$ 400 para pessoas entre 60 anos e 70 anos e, depois dessa faixa etária, um salário mínimo.

A medida teve forte resistência do Congresso, que aprovou a reforma, mas derrubou todos os trechos que alteravam o auxílio assistencial.

Em 2019, a cobertura do BPC para pessoas com deficiência ficou estável em 2,6 milhões de pessoas. Por irregularidades, 13 mil pagamentos foram encerrados nesta categoria.

Para 2020, está prevista alta de só 2% no orçamento do benefício (para idosos e deficientes). Bolsonaro reservou, para essa parte do Orçamento de assistência social, R\$ 60,145 bilhões. Em 2019, são R\$ 59 bilhões. Para idosos carentes, o aumento no orçamento é de 1,5% - índice abaixo da inflação -, para R\$ 26,2 bilhões.

A equipe econômica prevê, em 2020, uma recuperação do atendimento do BPC para idosos, cuja cobertura retomaria patamar próximo de 2018.

Integrantes do governo temem que os recursos sejam insuficientes, pois o valor pago a cada idoso será reajustado apenas com a inflação.

A fila para o BPC pode ainda causar uma pressão financeira, pois o benefício, quando concedido, tem de ser pago retroativo à data do pedido.

Guido Domingo Flores Figueroa, 65, por exemplo, conseguiu o benefício. Mas precisou esperar quase sete meses para que o pedido feito em 12 de março em São Paulo fosse concedido. Ele trabalhou como autônomo, vendendo salgados na rua, e também não tinha contribuições ao INSS para se aposentar.